

| 731 | A REPRODUÇÃO SOCIAL BRASILEIRA EM ALAGOAS: NOTAS
HISTÓRICAS SOBRE A ECONOMIA DE ACUMULAÇÃO
ENTRAVADA E A SOCIEDADE DE ELITE NO CONTEXTO
ALAGOANO

Luiz Felipe Leão Maia Brandão

Resumo

O Presente trabalho propõe-se a incorporar os conceitos de *acumulação entravada* (DEÁK, 1989) e *sociedade de elite* (FERNANDES, 1973) a uma reflexão sobre a história econômica alagoana. Espera-se iniciar uma colaboração para o entendimento dos processos em que Alagoas toma parte na contemporaneidade. O viés teórico analisa o estágio do processo de acumulação, como condicionante da reprodução social. A contribuição aqui dada se justifica pela escassez de trabalhos sobre a economia alagoana, em que este viés seja adotado. Ao final, formula-se um prognóstico para a reprodução social em Alagoas, nos próximos anos.

Palavras-chave: acumulação entravada; sociedade de elite; planejamento, Alagoas.

1. Introdução

O objetivo do presente trabalho é realizar uma reflexão histórica sobre a economia alagoana, com base nos conceitos de *sociedade de elite* e *acumulação entravada*. Formula-se, ao final, um prognóstico para a reprodução social em Alagoas, nos próximos anos.

O Estado brasileiro tem como uma de suas características a heterogeneidade do espaço. Nele, há unidades federativas como a de São Paulo, com grandes aglomerados urbanos (sobretudo na região metropolitana de sua capital) e economia avançada. Há, também, exemplos como o de Alagoas, onde se observa uma economia baseada no setor rural (predominância do cultivo da cana-de-açúcar) e níveis de reprodução da força de trabalho abaixo da média nacional, ou mesmo nordestina.

Tabela 1 - Comparativo de alguns indicadores socioeconômicos do estado de Alagoas, em relação à Região Nordeste e ao Brasil (Fonte: IBGE, 2004).

	Renda mensal per capita (R\$)	Renda do chefe da família (R\$)	Proporção de pobres (%)	População com acesso ao esgotamento (%)
ALAGOAS	219,00	300	62,5	14
NORDESTE	257,7	350	54	45
BRASIL	334,19	648	31,7	69

Para Deák (1989) os casos alagoano e paulistano são decorrentes de um único fenômeno de abrangência nacional, por ele denominado de *acumulação entravada*. De acordo com esse autor, as fragmentações espaciais e a precarização das infraestruturas brasileiras são artifícios do Estado para impedir o desenvolvimento econômico e dar continuidade a uma reprodução social caracterizada como Sociedade de Elite (conceito que detalharemos adiante). Como também explana Schiffer (1989) a elite brasileira, liderada pelo capital paulista, conduziu o Estado de forma a garantir seus privilégios, impondo um modelo expatriador do excedente produzido, dando continuidade a sua dominação.

No caso de Alagoas, o entrave à acumulação se observa de forma evidente. Responsável por apenas 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional (2004) nas últimas duas décadas, a economia alagoana teve progresso aquém do observado nacionalmente. Neste trabalho, procura-se elencar fatores que expliquem o quadro de estagnação econômica – e consequente precariedade da reprodução da força de trabalho – em que Alagoas toma parte em sua história.

Num primeiro momento, realiza-se uma breve retomada e explanação dos conceitos de *acumulação entravada* e *sociedade de elite* – que darão base à interpretação elaborada. Posteriormente, são apresentadas algumas notas da história econômica de Alagoas, procurando contextualizá-la no âmbito nacional, e explanar acontecimentos determinantes na formação do espaço alagoano. Por fim, reflete-se sobre o atual estágio da economia alagoana, com a formulação de um prognóstico para os próximos anos.

2. Acumulação Entravada e Sociedade de Elite: breve explanação

A filiação teórica adotada para esta monografia é umas das justificativas para sua elaboração. Já existem trabalhos sobre a história econômica de Alagoas (CARVALHO, 1983; LIMA, 2006; LIRA, 2007); como há, também, trabalhos que adotam a premissa da *acumulação entravada* (OLIVEIRA, 2000; CAMPOS, 2005; SCHIFFER, 1989). Todavia, não há estudo que tenha a história alagoana como tema, e a análise do estágio do processo de acumulação (entraves econômicos) como viés teórico.

Um dos pontos, que torna a teoria de Deák (1989) distinta das mais adotadas, está no entendimento da relação causa/efeito do não desenvolvimento. As correntes mais difundidas (ligadas, principalmente, ao trabalho de Celso Furtado) costumam apontar as deficiências de infraestrutura, altas cargas tributárias, elevadas taxas de juros, e as expatriações do capital como *causas* do subdesenvolvimento. Deák, por seu turno, argumenta

que estas são, justamente, as ferramentas utilizadas pelo Estado para garantir a permanência e reprodução social brasileira.

Deák (1991) ao se fundamentar em Althusser (1999) entende que a reprodução social, ao repousar sobre a base material da sociedade, está condicionada pelo patamar de desenvolvimento das suas forças produtivas. No capitalismo, a expansão da forma mercadoria, em seus diferentes estágios, é o que determina a reprodução social.

Para a periodização do Capitalismo, adotam-se os estágios originalmente elucidados por Aglietta (1976). Os estágios Extensivo e Intensivo, juntamente com o estágio de Crise do Capitalismo, estão brevemente explanados a seguir, para o consequente entendimento da *acumulação entravada*.

a) Estágio Predominantemente Extensivo: a extensão da forma-mercadoria, e a instituição da terra como propriedade privada dos meios de produção foram responsáveis pelo fim do feudalismo e o surgimento do modo capitalista. O processo de assalariamento da força de trabalho surge da gradual substituição da produção de subsistência pela mão de obra assalariada, e a concomitante expansão da forma-mercadoria. O período é marcado pela grande absorção de mão de obra, possibilitada pela precariedade das técnicas de produção (ou seja: a necessidade de muitos trabalhadores em virtude do pequeno uso de tecnologia na execução das tarefas). O aumento do assalariamento trouxe a ampliação do mercado consumidor, levando a um ciclo que caracteriza o estágio como de forte crescimento econômico. A urbanização cresce em compasso com o assalariamento, pela busca por empregos na indústria crescente.

b) Estágio Predominantemente Intensivo: surge a partir da exaustão do Estágio Extensivo. O processo de assalariamento vai-se completando, e a extensão da forma mercadoria atinge seus limites. O progresso técnico passa a ser o único fator de ampliação da produção, limitando o incremento produtivo. Este estágio acaba demandando uma maior intervenção do Estado, no sentido de prover condições para a continuidade da acumulação (infraestrutura e reprodução da força de trabalho). Entra em cena o Planejamento, como uma ferramenta usada para atingir esses objetivos.

c) Crise Contemporânea: Surge da restrição do âmbito do Mercado frente à contínua e necessária ampliação da área de atuação do Estado. A tentativa de reverter essa tendência (neoliberalismo) está em contradição com a dialética Mercado/Estado, uma vez que a produção de Mercado continua a exigir crescente

expansão do Estado, evidenciada pelo aumento dos gastos públicos, necessários à garantia da reprodução social.

A periodização acima pode ser mais bem identificada em países de capitalismo avançado. O caso brasileiro tem características específicas. No processo de *acumulação entravada*, o Brasil se encontra em um momento de concomitância entre: o esgotamento do estágio extensivo, com o processo de assalariamento se completando; e a não entrada do país no estágio intensivo, devido ao que Nícia Vilela Luz (1975, p.44) denominou “não intervenção direta” do Estado (omissão deliberada, não tomando ações para fomentar o desenvolvimento econômico, e mantendo o status quo colonial).

A *acumulação entravada*, como processo da reprodução social até hoje não superado, acabou determinando no Brasil uma formação social denominada *sociedade de elite* (Fernandes, 1973). A diferença da atuação do Estado em uma sociedade burguesa (predominante em países do capitalismo central) para uma Sociedade de Elite é: na primeira, o Estado atua no sentido de desimpedir a acumulação, de modo a garantir a expansão da forma-mercadoria; na segunda, o Estado, ainda que esteja voltado à expansão da forma mercadoria, promove artifícios para entrar a acumulação e enfraquecer o setor produtivo (preservando a acumulação entravada).

No Brasil, a renda das famílias 10% mais ricas é aproximadamente 19 vezes maior do que a renda das famílias 20% mais pobres (CACCIAMALI, 2002, p. 408). Dentro da reprodução social brasileira, Alagoas se constitui num recorte em que a Sociedade de Elite pode ser observada com clareza. Enquanto o estado possui um grupo de produtores rurais com elevada renda, que eleva o PIB per capita para R\$ 6.728,00 (IBGE, 2009), o Índice Humano de Desenvolvimento alagoano (entre 0,6 e 0,46) está abaixo da média dos países em desenvolvimento, e próximo dos países africanos (IHD<4) (CACCIAMALI, loc. cit.).

3. Notas sobre a História Econômica de Alagoas

3.1 O início do período colonial

A formação do espaço econômico alagoano está ligada à produção de cana-de-açúcar. Antes da consolidação do cultivo da cana, dois eventos se desdobraram: o ciclo do pau-brasil e o extermínio da população indígena.

A extração do pau-brasil ocorreu no território que hoje corresponde a Alagoas – tal como em outras localidades da colônia – impulsionada pelas limitações de investimento de Portugal no período. Nos primeiros anos de colonização, a atividade extrativista ocorria em concorrência com os Franceses (não reconhecedores do Tratado de Tordesilhas) e não

fornecia grande margem de lucro. Contudo, o pau-brasil permitia à Metrópole o exercício de uma atividade econômica, que ocupava o território recém-descoberto, e não drenava os recursos que estavam voltados para outras operações de navegação, como o trajeto em busca de especiarias para as Índias.

Já na segunda metade do século XVI, o interesse de Portugal em aumentar a lucratividade obtida pela exploração da colônia, levou à implantação de uma nova atividade econômica: a cana-de-açúcar. Dentro da nova política de ocupação e da divisão política criada, o território que corresponde a Alagoas ficou abarcado pela capitania de Pernambuco. Para realizar o empreendimento açucareiro, foi necessária uma mudança em relação ao extrativismo do pau-brasil: o extermínio da população nativa indígena.

O episódio antropofágico do desaparecimento do Bispo Sardinha, que segundo algumas versões haveria sido devorado pelos Caetés, foi a justificativa necessária para a dizimação indígena:

O açúcar somente poderia obter expressão nacional na medida em que nosso território [alagoano] fosse liberado para fundar-se, em escala, a lavoura da cana, montar-se o complexo agrofábrica do engenho. Em outras palavras, isso significaria dizimar a população indígena. É daí que parte a verdadeira guerra santa, promovida após os acontecimentos que envolveram Dom Pero Fernandes Sardinha.[...] A vingança colonial não tardaria e é dela que se libera a terra para o cultivo (ALMEIDA, 2000, p. 38).

Liberado o território para o cultivo da cana, as porções de terra para cultivo foram divididas em grandes datas e entre poucos senhores. O cultivo da cana-de-açúcar, até os dias de hoje, só se torna lucrativo em grandes extensões de terra. A opção de Portugal por este produto foi determinante no tipo de sociedade que se formaria a seguir.

3.2 A ocupação holandesa

A ocupação holandesa no nordeste brasileiro ocorreu no momento em que a Coroa Espanhola anexou Portugal (1580). Até então, os interesses holandeses e portugueses estavam alinhados, na medida em que o primeiro era um dos principais compradores do açúcar português. A Espanha, por seu turno, era concorrente direta dos holandeses no comércio marítimo.

Dado o quadro de embargo espanhol, não restou aos holandeses uma alternativa além da ocupação do território Nordestino, dominando a produção de açúcar local. Embora tenha ocorrido em um período relativamente curto (1580-1640) e não tenha deixado legado

econômico significativo nas sociedades alagoana e pernambucana de hoje – o período holandês deixou como herança um paradigma de desenvolvimento.

Após a ocupação militar rápida, facilitada pela inexistência de um poder bélico português, capaz de resistência, os novos colonos holandeses deram início a uma política que, em princípio, continuava se alinhando com os interesses dos senhores de terra locais. Ocorreu que, na metrópole flamenca, já se desdobravam processos de acumulação que inexistiam em Portugal. Quando estes processos se rebateram na nova colônia, os Holandeses entraram em confronto com os interesses dos produtores de açúcar:

Com o decorrer do tempo, e de acordo com as normas holandesas, foram introduzidas, também, relações que o meio não comportava, relações de crédito, de pagamento em moeda, de comércio. A administração holandesa preocupou-se em reter na colônia parte das rendas fiscais, proporcionadas pelo açúcar – o que permitiu um desenvolvimento mais intenso da vida urbana. Tais relações foram uma das causas, não a única naturalmente, da curiosa vida urbana que então vicejou, que não existia antes e que declinou depois. Nessa vida urbana, não só teve papel o aparelhamento administrativo e político como o aparelhamento do comércio e do crédito (CARVALHO, 1983, p. 77).

A Companhia das Índias Ocidentais, como empresa privada mercantil, não considerava inviolável a propriedade feudal da terra, e executava a dívida de seus credores (CARVALHO, *Ibid.*). Os proprietários rurais (de origem lusitana) insurgiram-se contra seus novos ocupantes, tendo em vista a eminência da perda de seus privilégios. Ao final da década de 1850 os holandeses foram expulsos.

O episódio envolvendo Domingos Fernandes Calabar – produtor agrícola nascido em território alagoano, que apoiou a permanência holandesa, e acabou sendo tratado pela historiografia lusa como “traidor” – é emblemático no sentido de expor o paradigma de desenvolvimento exposto pelo período holandês. É recorrente na história alagoana episódios de reimposição da reprodução social (sociedade de elite) com o uso da força, nos momentos em que o impasse da necessidade do desimpedimento da acumulação se apresentou.

A expatriação do excedente, fenômeno que, conforme argumentamos anteriormente, está ligado à reprodução social brasileira como um todo, e tem origem com a emancipação política da comarca de Alagoas, da capitania de Pernambuco.

3.3 A Revolução dos Padres, a emancipação Política de Alagoas, e a continuidade de seu *status quo*

Em 1817, um movimento de revolta na capitania de Pernambuco – da qual o território que hoje compõe Alagoas fazia parte – realizou a ocupação militar da cidade de Recife, afrontando o poder da Metrópole portuguesa (então refugiada no Rio de Janeiro) e reivindicando o reconhecimento de um Estado autônomo formado pelas capitanias do Nordeste. A constante criação de novos impostos por Dom João VI, dentre outros fatores, levou à insatisfação dos produtores de açúcar de Pernambuco, que tomaram parte no confronto (ANDRADE, 1995). A partir da Revolução Pernambucana (como ficou conhecido o conflito) os dissidentes esperavam retirar os entraves impostos à economia local, gerados pela transferência para os cofres da Coroa da maior parte do excedente produzido pela, então, colônia.

A resposta armada dada pelo Império derrotou os revoltosos pernambucanos. A comarca de Alagoas, cujos proprietários rurais auxiliaram as tropas de Dom João VI a combater a Revolução, acabou sendo desmembrada de Pernambuco. Esta foi a recompensa dada a uma elite local, que não se importava em ter parte dos lucros de sua, assim criada, província evadida para a *coroa* – desde que sua hegemonia local fosse garantida.

Além da expatriação de parte do excedente, outro instrumento de impedimento à acumulação garantiu que a reprodução social em Alagoas continuasse tomando a parte que lhe cabia no contexto nacional: o déficit público. Carvalho (1983, p. 184) apresenta um quadro que sinaliza, já após a Independência, a construção de um déficit na relação despesas/receitas de 64% no espaço de um ano:

Tabela 2 - Relação das Receitas pelos Gastos Públicos, de 1837 a 1839 (CARVALHO, 1983).

Anos	Despesas	Receita
1837/38	73.297,93 réis	73.464,94 réis
1838/39	152.923,26 réis	98.098,75 réis

O déficit criado garantiu que fosse impossibilitado para Alagoas o investimento em cadeias produtivas, que viessem a desvirtuar a província (mais tarde, estado) de sua vocação ruralista. A representatividade política que Alagoas ganhou com a proclamação da República (os dois primeiros presidentes eram alagoanos) não mudou o quadro.

Após a Independência, Alagoas sofreu os reflexos dos fenômenos de centralização dos investimentos nacionais nos estados do centro-sul do país, e da continuidade da expatriação dos lucros, agora sob a forma de pagamento da dívida externa

brasileira (tal como descrito na seção anterior). O papel periférico desempenhado pela unidade federativa na economia nacional acabou debilitando a economia alagoana duplamente: Alagoas sofreu tanto com a expatriação internacional do excedente produzido pelo Brasil, quanto com a evasão de suas rendas para o Governo Federal.

Tenório (2009) apresenta um registro feito sobre o período de 1890 a 1929, e publicado em 1933, pela Associação Comercial de Alagoas, em que é demonstrado que a contribuição da economia alagoana para a receita nacional era superior às arrecadações para a receita do estado:

Tabela 3 - Rendas convertidas em impostos durante primeiros decênios da República (Fonte: Associação Comercial de Alagoas, 1933; apud TENÓRIO, 2009; adaptado pelo autor).

	Total de rendas convertidas em impostos estaduais	Total de rendas convertidas em impostos federais	Maior renda convertida em impostos estaduais	Maior renda convertida em impostos federais
DECÊNIO 1890 A 1899	16.548:783\$	20.521:700\$	371:509\$	4.344:426\$
DECÊNIO 1900 A 1909	27.930:661\$	36.409:027\$	Dado indisponível	8.478:366\$
DECÊNIO 1910 A 1919	40.596:000\$	57.382:549\$	Dado indisponível	16.786:549\$
DECÊNIO 1920 A 1929	91.986:497\$	99.607:973\$	1.667:212\$	9.563:088\$

As duas tabelas anteriores demonstram que – dentro da reprodução social brasileira, do início do Império (Tabela 2) ao final da República Velha (Tabela 3) – foram criados os mecanismos que garantiram o *status quo* alagoano, surgido pela estrutura colonial advinda do período da colônia. Alagoas se constituiu em um estado com uma dívida impagável (feita no espaço de um ano) que se agravou mediante décadas de drenagem de seus recursos pelos impostos federais. Eliminada qualquer capacidade de investimento, não houve risco de perda de hegemonia, para os que se beneficiaram da histórica drenagem de recursos do estado.

A Revolução de 1930, que sob a retórica da construção ideológica se propunha a transformar esse quadro, na prática deu continuidade a ele. Após a nomeação de uma série de interventores, que permaneceram por curto período, Getúlio Vargas deu a Osman Loureiro, membro fundador do Instituto do Açúcar e do Alcool, o cargo de Interventor do

estado de Alagoas, em 1934 (LIMA, 2006). Loureiro ainda continuou no cargo, após o golpe militar que implantou o Estado Novo, em 1937.

Vários conflitos (políticos e armados) ocorreram entre as oligarquias locais nos anos que se seguiram, nunca colocando em jogo as condições montadas para que a acumulação Entravada brasileira se desdobrasse a contento em Alagoas. Até que na década de 1950 surge a figura política do Delegado do Trabalho, Muniz Falcão. Devido ao exercício de sua função, logo Falcão tornou-se opositor dos interesses oligárquicos locais, vindo a se tornar um político de grande apelo popular.

Elegendo-se governador em 1955, Falcão fez eclodir um embate em 1956 quando, por ato de seu governo, foi publicada a Lei nº 2.013 (que acabou sendo lembrada como Lei da Controvérsia), que instituía a Taxa Pró-Economia, Educação e Saúde e incidia sobre o açúcar e outros produtos. O objetivo era “(...) fomentar as atividades econômicas e promover o desenvolvimento dos serviços de educação e saúde pública no Estado” (LEI 2.013 apud TENÓRIO, 1995). Evidentemente, esta iniciativa desagradou profundamente aos produtores de açúcar.

Conflitos políticos e armados se deflagraram na câmara legislativa – gerando, inclusive, o assassinato do sogro de Falcão, após um tiroteio entre deputados. Falcão saiu provisoriamente vitorioso, escapando dum processo de *impeachment* impetrado pela oposição. Foi eleito novamente em 1965, mas devido a uma manobra jurídica – feita com ajuda dos militares, que haviam tomado o poder com o Golpe de 1963 – acabou sendo impedido de assumir.

3.4 O período Militar, e a experiência do Planejamento na Comissão de Desenvolvimento do Estado de Alagoas (CODEAL)

Em 1960 havia sido criada a Comissão de Desenvolvimento do Estado de Alagoas (CODEAL) órgão fundado por incentivo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A SUDENE, originada no Governo Kubitschek, em princípio – destacando, aqui, a diferença entre aquilo que o Estado faz, e o que o Estado diz que faz – tinha como proposição a amenização das disparidades regionais brasileiras. A CODEAL surgiu como parte desse discurso.

Ao longo do governo militar, uma série de planos foram formulados pela CODEAL, cuja descrição pode ser lida no trabalho de Cabral (2005). Invariavelmente, esses planos davam ênfase aos investimentos na produção sucroalcooleira. Na redação dos

documentos, é recorrente observar-se que investimentos, feitos em redes de eletrificação para as usinas, apareceram classificados como recursos voltados à indústria.

Um exemplo desse tipo de ação se deu no governo conservador de Lamenha Filho, que publicou o Programa de Ação Governamental Integrada (1969 – 1971). Mediante este, não foram realizadas mudanças nas orientações de investimento, na medida em que abria linhas de financiamento para avanço da agroindústria. Dos recursos previstos para a área econômica, o Programa de Ação destinava 31,7% para a área agrícola e agropecuária, enquanto 13,33% estavam destinados à indústria (destacando-se a falta de clareza sobre o que a porcentagem de investimento industrial incidia, na prática).

É nesse momento que Alagoas começa a ampliar sua infraestrutura, de modo a garantir a continuidade de sua reprodução social. A modernização do setor agrário nas regiões centrais da economia brasileira exigiu – para que houvesse uma continuidade da hegemonia da elite agrária – as condições materiais para que a cana-de-açúcar alagoana permanecesse competitiva.

Na primeira metade da década de 1960 foram criados órgãos de gestão, como: Banco da Produção, a Companhia de Abastecimento D'água e Saneamento (CASAL) e a Companhia de Eletricidade de Alagoas (CEAL). O Programa de Ação, por conseguinte, destinou verbas para a eletrificação da área rural, ampliação de estrutura rodoviária do estado e ampliação do aeroporto. Essas ações deram condições para a modernização das usinas de açúcar.

Outro exemplo que ilustra ao exercício de Planejamento em Alagoas é o Plano Estadual de Desenvolvimento (1972 – 1975) formulado no governo Afrânio Lages. O Plano Estadual não rompia com os paradigmas de seus antecessores: embora, num primeiro momento, ele aparente demonstrar um redirecionamento nos investimentos – haja vista que concentra 11,94% dos recursos na área industrial, enquanto 2,6% se destinavam aos “Recursos Naturais e Agropecuários”. No entanto, a maior parte dos 36,4% de investimentos destinados à infraestrutura econômica estava voltada à consolidação de estradas, adutoras, e redes de eletrificação que favorecessem a produção de cana-de-açúcar:

Estava montada a base para o crescimento econômico estadual [...] gerando uma ação econômica totalmente dependente de um único setor da economia, o setor primário, e dentro desse setor, o predomínio absoluto da atividade canavieira. Ao se implantar as rodovias e a expansão da eletrificação rural, o objetivo maior era favorecer o setor sucroalcooleiro, enquanto que outras ações como a diversificação da agricultura e o

crescimento da atividade industrial não receberam a atenção devida para que pudessem alavancar um desenvolvimento economicamente sustentável (CABRAL, 2005, p. 62).

Nesse contexto de dependência e dominação da indústria canavieira, Alagoas passou pelo período do “milagre” sem sofrer alterações em sua reprodução social. A descentralização relativa ocorrida neste ínterim não trouxe nem mesmo indústrias subsidiárias das matrizes localizadas no centro-sul. Adentrando a segunda metade da década de 1970, a economia do estado continuava fortemente baseada no setor primário.

Entre 1974 e 1980, a economia brasileira passa por um período de desaceleração. É o fim do “milagre”. Procurando manter o ritmo do crescimento, o governo Geisel (1974-1979) elabora o II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND. O II PND consistiu numa tentativa de ampliar o mercado interno, desimpedir a acumulação, e desconcentrar a atividade industrial. Seria, portanto, uma proposta que visava à superação da *acumulação entravada*.

Em 1975, durante a gestão de Divaldo Suruagy, o governo de Alagoas elabora o Plano de Ação do Governo 1976 - 1979. Para Cabral (2005) o documento dialoga com o II PND, na medida em que tenta organizar a implantação de atividades industriais no estado. Nele, a criação do Pólo Petroquímico de extração de Salgema (mineral que acabou dando nome ao polo local) é apontada como atividade industrial estratégica.

Deve-se observar que este incentivo à indústria não inibia ou limitava a predominância da atividade canavieira em Alagoas. Diante das Crises do Petróleo e de programas como o Programa Nacional do Álcool (PRÓ-ÁLCOOL) - que visava à substituição em larga escala dos combustíveis veiculares derivados de petróleo por álcool - a cana de açúcar se tornou um produto central para a economia brasileira, o que fortaleceu, ainda mais, a elite agrária alagoana.

A implantação da Salgema, ainda que tenha representado uma iniciativa pioneira na industrialização alagoana, não deixou de atender aos interesses dos setores ligados à economia do açúcar. Por meio do álcool produzido nas usinas, associado ao eteno produzido no Polo Petroquímico, gerou-se um terceiro produto: o diocloreto - produto intermediário utilizado na produção de PVC. Como resultado, o início de industrialização em Alagoas, representado pela criação da Salgema, acabou não se desdobrando na chegada de outras indústrias, tampouco numa ruptura com a montagem agrícola da estrutura econômica local.

Ainda assim, a segunda metade dos anos de 1970 é tida como o período em que Alagoas demonstrou maior desenvolvimento econômico - quadro que se reverteu no

decênio seguinte. No plano nacional, ao final da década, o arrefecimento do progresso econômico, o abandono do II PND, e as políticas contencionistas adotadas pelo Governo Federal, acabaram mantendo o processo de acumulação entravada. O que fez Alagoas e o Brasil entrarem em 1980 às vésperas de uma crise financeira.

Era o início das chamadas “décadas perdidas”, período em que o Brasil enfrentou a maior crise financeira de sua história.

3.5 A Crise dos anos de 1980/1990

O progresso – destaque-se, relativo – alcançado por Alagoas no final da década de 1970 não se desdobrou ao fim do decênio de 1980, quando uma crise econômica foi provocada em âmbito nacional. Em 1987, neste ambiente de dificuldades, assumiu, pelo voto popular, o Governador Fernando Collor de Melo. Participando do fim da experiência de Planejamento (que já se configurava em âmbito nacional), o governo de Collor lança o que chamou de Planos Emergenciais de Governo. Em seus documentos foram apresentadas apenas algumas medidas, a serem adotadas pelos órgãos de administração pública estadual – descaracterizando-os como instrumento de planejamento, propriamente dito.

A medida marcante da administração Collor foi a lei de isenção conhecida como “acordo dos usineiros”. Esta lei regia que, não apenas as Usinas, mas todas as atividades econômicas ligadas ao cultivo da cana-de-açúcar estariam livres do pagamento de ICMS. A partir do “acordo”, a receita do estado sofreu um duro golpe, ficando privada de sua principal fonte de recursos para investimento em infraestrutura.

Tal como o endividamento construído no período imperial, a evasão dos excedentes pagos como tributos à União, acentuada na República, e a infraestrutura para modernização das usinas, o acordo dos usineiros foi formatado como uma ferramenta de garantia da *sociedade de elite*, em Alagoas. Com ele, decretou-se o fim de qualquer possibilidade de desenvolvimento do estado – se é que em algum momento esse existiu.

Todavia, o “acordo” também foi responsável por colocar a reprodução social em Alagoas num impasse. A falta de receita, promovida pela lei de isenção, debilitou de tal forma a economia alagoana, que no ano de 1997 o estado se viu obrigado a decretar moratória da dívida pública. Ou seja: aquilo que surgiu como mais uma ferramenta de manutenção do *status quo* alagoano, colocou em cheque as condições que garantiam a reprodução da *sociedade de elite* – ou qualquer outra sociedade dali por diante.

O Governo Estadual passou seis meses sem pagar o funcionalismo público. A crise culminou no Impedimento do Governador Divaldo Suruagy, que deu lugar ao seu vice,

Manoel Gomes de Barros. Nesse período, Alagoas acabou passando por uma intervenção federal velada.

A crise alagoana foi agravada pela política de caráter contencionista do Governo Federal, de Fernando Henrique Cardoso. Em sequência, também foi este governo, com a *lei de responsabilidade fiscal*, que obrigou Alagoas a ajustar as suas contas públicas. Assim, Alagoas conseguiu retomar o pagamento da dívida, e dar continuidade ao seu papel na *acumulação entravada* brasileira.

Em 1999, foi eleito o governo, chamado de centro-esquerda, de Ronaldo Lessa. A gestão Lessa pôs em prática o ajuste fiscal imposto pelo Governo Federal. Essa manobra abriu a possibilidade de tomada de crédito, mas anulou a capacidade de investimento alagoana.

A falta de um planejamento centralizado e o viés neoliberal do Governo Fernando Henrique inviabilizaram o crescimento econômico de estados com menor poder de arrecadação, como Alagoas. Na “Era FHC”, a desnacionalização da indústria no Brasil ocorreu em profundidade sem precedentes. Os estados menos desenvolvidos foram incapazes de participar na corrida para a atração de indústrias, que se estabeleceu.

Durante o período, a única ferramenta disponível para atrair indústrias para o estado era a isenção de impostos. Diante dos sintomas ainda sentidos pela falta do ICMS, advindo da indústria da cana-de-açúcar, Alagoas ficou sem ferramentas para competir na guerra fiscal imposta pelo governo FHC (CAVALCANTI, 2006). Alagoas adentrou a primeira década do ano 2000 com indicadores socioeconômicos abaixo da média nacional (vide Tabela 1, apresentada na Introdução).

O quadro de endividamento dos anos de 1990 vem, gradativamente, se transformando ao longo dos últimos anos. Dados recentes do IBGE (2009) sinalizam uma aceleração do PIB alagoano, em relação aos demais estados brasileiros (em 2009 atingiu o valor de R\$ 21,235 bilhões, que corresponde a um crescimento real de 2,1%, ficando em décimo lugar no ranking brasileiro. Esse percentual é maior que o registrado pelo país, que teve um desempenho negativo de -0,3%, e pela Região Nordeste, que cresceu 1,0%). Todavia, ainda é cedo para definir a extensão desse dado e o que ele representa.

Alagoas ainda tem uma economia dependente do setor sucroalcooleiro (o *acordo dos usineiros* chegou ao fim em 2004). O papel periférico desempenhado por Alagoas no cenário nacional exigiria para seu efetivo desenvolvimento não apenas um planejamento redistributivo, mas que diversificasse a economia no âmbito estadual, senão também um

planejamento centralizado na esfera federal, capaz de corrigir as desigualdades regionais advindas de mais de um século de *acumulação entravada*.

4 Considerações Finais: um prognóstico para Alagoas nos próximos anos

Ao longo deste texto, buscamos contextualizar fatos da história econômica alagoana – já relatados por outros autores – dentro do entendimento de Acumulação Entravada e *sociedade de elite*. Como argumentado na Introdução, a nossa contribuição consiste em tentar apresentar uma relação causa/efeito para esses eventos, diferente da que costuma ser difundida. Entende-se, aqui, que o endividamento, a falta de capacidade de investimento, e a debilidade de planejamento, não são causas que impedem o desenvolvimento de Alagoas, mas são, em verdade, ferramentas que instrumentam a reprodução social.

Percebe-se que os governantes, em Alagoas, foram hábeis em dar continuidade às condições que até hoje garantem a parcela da reprodução social brasileira que cabe a esse estado – em diferentes períodos (Império, República Velha, Governo Militar, redemocratização) e com diferentes instrumentos (endividamento, repasse de impostos, precarização da infraestrutura e da capacidade de arrecadação). Nos dias atuais, apesar dos dados que sugerem uma tímida recuperação econômica, fornecidos pelo IBGE, não existe um indicador que sinalize de forma assertiva uma alteração do panorama alagoano.

Os últimos Governos Federais (Partido dos Trabalhadores) deram continuidade à falta de planejamento territorial, observada nas duas presidências de Fernando Henrique Cardoso. Desse modo, resta a Alagoas como ferramenta de investimento o mesmo que resta para outros estados com maior capacidade de arrecadação: a entrada numa guerra fiscal (já virtualmente perdida).

Não se alterando esse quadro de “não intervenção direta” do Governo Federal, o prognóstico para Alagoas nos próximos anos é de continuidade da reprodução social, com acentuada concentração de renda. O que podemos ver mudar são as ferramentas empregadas pela *sociedade de elite*, para assegurar sua reprodução.

5 Referências Bibliográficas

AGLIETTA, Michel. **Une théorie de la régulation du capitalisme**. Paris: Maspéro, 1976.

ALTHUSSER, **Sobre a Reprodução**. São Paulo: Vozes, 1999.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Revolução Pernambucana de 1817**. São Paulo: Editora Atica, 1995.

ALMEIDA, Luís Sávio de. **Crônicas Alagoanas II**- Notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas. Maceió: EDUFAL, 2000.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Governo Federal. **IBGE divulga as Contas Regionais 2007**. Publicado em 18/11/2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1497&id_pagina=1>. Acesso em: 05 ago. 2012.

CABRAL, Luiz Antonio Palmeira. **Planos de desenvolvimento de Alagoas 1960-2000**. Maceió: EDUFAL, 2005.

CACCIAMALI Maria Cristina. Distribuição de Renda no Brasil: Persistência do Elevado Grau de Desigualdade IN: PINHO, D.& VASCONCELLOS, M. A. S. **Manual de Economia**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2002, p. 406:422.

CAMPOS, Simone Martinoli. **O Estado brasileiro e o processo de produção do espaço no Acre**: 2005. 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação Histórica de Alagoas**. Maceió: Grafitex, 1983.

CAVALCANTI, Arnóbio. Apresentação IN: CAVALCANTI, Arnóbio et al. **Superando a Estagnação**. Maceió: Edufal, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

DEÁK, Csaba. O mercado e o Estado na organização espacial da produção capitalista. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 28, 1989.

_____. Acumulação entravada no Brasil E a crise dos anos 80. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 32, p.32-46, 1991.

_____. **O Estado, o mercado e planejamento**: Notas de aula . Disciplina AUP 840 O Mercado e o Estado na Organização da Produção. Disponível em: <www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/AUP840/>. Acesso em: 26 jun. 2011.

FERNANDES, Florestan. Classes sociais na América Latina IN: FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: ZAHAR, 1973.

IBGE – **Síntese dos Indicadores Sociais** – 2004. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em www.ibge.gov.br

LIMA, Araken Alves de. **ALAGOAS E O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO**. 2006. 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Departamento de Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2006.

LIMEIRA, Cristina. Finanças IN: CAVALCANTI, Arnóbio et al. **Superando a Estagnação**. Maceió: Edufal, 2006.

LIRA, Fernando José. **Formação da Riqueza e da Pobreza em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2007.

LUZ, Nícia Vilela Luz. **A Luta pela Industrialização do Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

NASCIMENTO, Cândido et al. Planejamento. In: CAVALCANTI, Arnóbio et al. **Superando a Estagnação**. Maceió: Edufal, 2006. p. 33-55.

OLIVEIRA, Antonio Carlos de. **A urbanização entravada: o processo de urbanização no território paulista na transição capitalista**. 2000. 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SCHIFFER, Sueli Ramos. **As Políticas Nacionais e a Transformação do Espaço Paulista 1955 - 1980**. 1989. 199 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A Tragédia do Populismo: O impeachment de Muniz Falcão**. Maceió: EDUFAL, 1995.

_____. **Metamorfose das Oligarquias**. Maceió: EDUFAL, 2009.